



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

Acesso aos serviços de saúde e vulnerabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Ana Elisa de Araújo Lucena¹, Anna Julia Soares da Silva Vieira², Edirlane Ferreira de Souza³, Estefani Bentes de Oliveira⁴, Letícia Rayelle dos Santos Sarrazin⁵, Jose Henrique Torres Pantoja⁶, Vitória Emilly Ferreira Mafra⁷ e Dimas Melo Gonçalves⁸.



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n2p118-137>

Artigo recebido em 1 de Fevereiro e publicado em 1 de Abril de 2026

Revisão de Literatura

RESUMO

O acesso aos serviços de saúde nas comunidades ribeirinhas da Amazônia constitui um desafio relevante para a saúde pública, uma vez que fatores territoriais, sociais e ambientais influenciam diretamente a oferta e a continuidade do cuidado nessas localidades. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais fatores que interferem no acesso aos serviços de saúde e nas condições de vulnerabilidade enfrentadas pelas populações ribeirinhas da região amazônica. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão de literatura baseada na análise de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos. Os resultados evidenciam que o isolamento geográfico, a dependência do transporte fluvial, as limitações de infraestrutura, a escassez de profissionais de saúde e os eventos ambientais extremos, como secas severas, contribuem para intensificar as dificuldades de acesso aos serviços e ampliar as desigualdades em saúde. Conclui-se que a ampliação da equidade em saúde nessas comunidades depende da implementação de políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais da Amazônia, do fortalecimento da atenção primária à saúde e da valorização da participação comunitária na organização das estratégias de cuidado.

Palavras-chave: acesso à saúde; Amazônia; comunidades ribeirinhas; equidade em saúde.

ABSTRACT

Access to health services in Amazonian riverine communities represents a significant challenge for public health, since territorial, social, and environmental factors directly influence the availability and continuity of care in these locations. In this context, the present study aims to analyze the main factors that affect access to health services and the conditions of vulnerability faced by riverine populations in the Amazon region. This research is characterized as a qualitative, exploratory, and descriptive study conducted through a literature review based on the analysis of scientific articles published in the last five years. The results indicate that geographic isolation, dependence on river transport, infrastructure limitations, shortage of health professionals, and extreme environmental events, such as severe droughts, intensify barriers to health service access and contribute to the persistence of health inequalities. It is concluded that improving health equity in these communities requires the implementation of public policies sensitive to the territorial specificities of the Amazon, the strengthening of primary health care, and the recognition of community participation as a key element in the organization of health care strategies.

Keywords: access to health; Amazon; health equity; riverine communities.

Instituição afiliada – Faculdade Santa Teresa - Manaus

Autor correspondente: Ana Elisa Lucena, Anna Julia Soares da Silva Vieira, Edirlane Ferreira de Souza, Estefani Bentes de Oliveira, Letícia Rayelle dos Santos Sarrazin, Jose Henrique Torres Pantoja, Vitória Emilly Ferreira Mafra e Dimas Melo Gonçalves. annajullivieira15@gmail.com, herqtorres261@gmail.com, sarrazinleticia@gmail.com, mafra6980@gmail.com, lucenaana2305@gmail.com, edirlaneferreira219@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A possibilidade de acessar os serviços de saúde é um dos principais fatores para que o direito à saúde se concretize e para diminuir as disparidades sociais, especialmente em áreas com restrições estruturais, territoriais e socioeconômicas. No cenário amazônico, essa questão é ainda mais intrincada, pois as grandes distâncias, a população espalhada e o transporte fluvial impactam significativamente a organização dos serviços e a continuidade do cuidado. As comunidades ribeirinhas, nesse contexto, enfrentam particularidades que dificultam o acesso à saúde, o que se torna um problema crônico para a saúde pública e que precisa ser analisado, não apenas considerando a presença formal de unidades de atendimento, mas também levando em conta as condições reais de utilização desses serviços pela população.

Quando se trata da realidade amazônica, é fundamental entender que o território vai além do espaço físico habitado por essas comunidades; ele é um fator que afeta as condições de vida, saúde e práticas de cuidado. A geografia da área impacta o movimento dos usuários, a mobilidade das equipes de saúde, o transporte de insumos e a própria eficácia das ações de assistência. Nesse sentido, Moreira (2025) ressalta que, para que se produza cuidado em saúde no território amazônico, é preciso entender como as dinâmicas sociais e ambientais da região afetam a circulação de pessoas e recursos, sobretudo em áreas com mobilidade fluvial e baixa densidade populacional. Essa visão destaca a necessidade de uma análise mais abrangente do acesso à saúde nas comunidades ribeirinhas, levando em conta os fatores territoriais que influenciam a interação da população com os serviços de saúde.

Para além das barreiras geográficas, as comunidades ribeirinhas lidam com várias formas de vulnerabilidade social, as quais impactam diretamente a saúde. Entre essas condições, é possível citar a falta de infraestrutura, o saneamento básico insuficiente, as dificuldades na comunicação, a oferta irregular de serviços públicos e a escassez de profissionais em regiões distantes. Esses fatores aumentam as dificuldades em prevenir, diagnosticar e tratar, prejudicando a continuidade do cuidado e intensificando desigualdades históricas. Em municípios da Amazônia, Almeida et al. (2022) notam que o acesso a serviços de urgência e emergência frequentemente requer longas viagens por água, sublinhando como a logística territorial é capaz de atrasar atendimentos e elevar a

vulnerabilidade de populações que estão distantes dos centros urbanos.

Um outro ponto que se destaca é como os fatores ambientais podem impactar a dinâmica da assistência. As cheias, vazantes e fenômenos climáticos extremos na Amazônia mudam a navegabilidade dos rios, tornando o transporte de usuários, profissionais e materiais mais difícil.

Segundo Lima et al. (2024), quando enfrentam secas severas, a navegabilidade é reduzida a tal ponto que comunidades inteiras podem ficar isoladas, comprometendo o acesso a serviços essenciais, incluindo os de saúde. Portanto, o cenário amazônico não se limita a ser um simples fundo geográfico, mas sim um agente que contribui para a criação de condições de acesso ou exclusão em termos de saúde, o que torna essencial abordar a questão a partir de uma perspectiva que leva em conta tanto o território quanto as relações sociais.

Além das barreiras territoriais, as comunidades ribeirinhas enfrentam dificuldades relacionadas à própria organização dos serviços de saúde, como escassez de profissionais, limitações estruturais e fragilidade na continuidade da assistência. Lima et al. (2021) ressaltam que a atenção primária em áreas ribeirinhas ainda apresenta desafios logísticos que comprometem a regularidade do cuidado.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar, por meio de revisão de literatura, os principais fatores que interferem no acesso à saúde e nas condições de vulnerabilidade enfrentadas pelas populações ribeirinhas da Amazônia. Busca-se, assim, compreender como aspectos territoriais, sociais e ambientais influenciam a oferta e a continuidade do cuidado em saúde nessas comunidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise do acesso aos serviços de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia exige a compreensão de múltiplos fatores estruturais, territoriais e sociais que condicionam o funcionamento do sistema de saúde nessa região. A literatura recente aponta que a distribuição espacial da população amazônica, associada à predominância do transporte fluvial e às grandes distâncias entre comunidades e centros urbanos, constitui um dos principais desafios para a efetivação do direito à saúde.

Nesse contexto, as políticas públicas voltadas à atenção primária precisam

considerar as especificidades territoriais da região, uma vez que o modelo tradicional de organização dos serviços muitas vezes não responde às necessidades das populações ribeirinhas. De acordo com Moreira (2025), a produção do cuidado em saúde no território amazônico depende da compreensão das dinâmicas sociais e ambientais próprias da região, especialmente em áreas caracterizadas por mobilidade fluvial e baixa densidade populacional.

A literatura também evidencia que a vulnerabilidade social dessas populações está associada a múltiplos determinantes sociais da saúde, incluindo condições precárias de infraestrutura, limitações de saneamento básico e dificuldade de acesso contínuo a serviços médicos. Nesse sentido, estudos realizados em diferentes localidades da Amazônia indicam que os ribeirinhos frequentemente enfrentam longos deslocamentos para acessar unidades de saúde, o que pode comprometer o diagnóstico precoce e o tratamento de diversas enfermidades. Almeida et al. (2022) destacam que o acesso a serviços de urgência e emergência em municípios amazônicos depende, muitas vezes, de trajetos fluviais prolongados, evidenciando a necessidade de estratégias diferenciadas de organização da rede de atenção à saúde.

Além das dificuldades logísticas, aspectos territoriais e ambientais também influenciam diretamente a organização dos serviços de saúde na Amazônia. As populações ribeirinhas vivem em territórios marcados por ciclos hidrológicos intensos, variações sazonais e eventos climáticos que impactam a mobilidade e a comunicação entre comunidades. Lima et al. (2024) apontam que eventos climáticos extremos, como secas severas, podem reduzir significativamente a navegabilidade dos rios, isolando comunidades e dificultando o acesso a serviços essenciais, incluindo atendimento médico e transporte sanitário.

Outro elemento importante na literatura refere-se às estratégias de organização da atenção primária em áreas ribeirinhas. Estudos indicam que a criação de unidades de saúde fluviais e a atuação de equipes multiprofissionais itinerantes têm contribuído para ampliar a cobertura assistencial em regiões remotas da Amazônia. No entanto, a efetividade dessas iniciativas ainda depende da articulação entre políticas públicas, financiamento adequado e participação comunitária. Lima et al. (2021) ressaltam que a atenção primária em áreas ribeirinhas enfrenta desafios estruturais relacionados à escassez de profissionais de saúde, limitações de infraestrutura e dificuldades logísticas que impactam a continuidade do

cuidado.

Adicionalmente, pesquisas recentes indicam que a participação comunitária pode desempenhar papel fundamental na melhoria das condições de saúde nessas localidades. Iniciativas baseadas na mobilização social e na educação em saúde têm demonstrado potencial para fortalecer práticas preventivas e ampliar o diálogo entre profissionais de saúde e moradores das comunidades. Nesse sentido, Silva et al. (2024) observam que intervenções participativas voltadas ao empoderamento comunitário podem contribuir para a promoção da saúde e para a redução de desigualdades no acesso aos serviços.

Outro aspecto discutido na literatura refere-se aos impactos de crises sanitárias sobre populações ribeirinhas. Durante a pandemia de Covid-19, diversas pesquisas evidenciaram que comunidades amazônicas enfrentaram desafios significativos para acessar informações, assistência médica e insumos de saúde. Segundo Zahn et al. (2025), moradores ribeirinhos relataram dificuldades relacionadas à escassez de serviços de saúde, limitações no transporte e ausência de infraestrutura adequada, fatores que ampliaram a vulnerabilidade dessas populações durante o período de crise sanitária.

A literatura também evidencia que as condições de saúde nas comunidades ribeirinhas estão profundamente relacionadas aos determinantes sociais e ambientais que caracterizam a região amazônica. Aspectos como isolamento geográfico, dificuldades de transporte, ausência de infraestrutura sanitária e baixa disponibilidade de profissionais de saúde compõem um cenário de vulnerabilidade que impacta diretamente o acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, Jatý et al. (2024) observam que a população ribeirinha amazônica enfrenta obstáculos estruturais que dificultam a continuidade do cuidado e a realização de atendimentos médicos regulares, especialmente em localidades afastadas dos centros urbanos.

Além dos fatores estruturais, o território amazônico apresenta características socioambientais que influenciam diretamente a dinâmica da atenção à saúde. A dependência do transporte fluvial, por exemplo, torna o acesso aos serviços médicos altamente condicionado às condições dos rios e às variações sazonais do clima. Conforme destacam Heufemann et al. (2024), os fluxos territoriais das populações ribeirinhas revelam trajetórias complexas de deslocamento em busca de atendimento, evidenciando que a rede de saúde muitas vezes é acessada de maneira fragmentada e irregular.

Essas dificuldades são ampliadas por processos de vulnerabilidade socioambiental

que afetam diretamente a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas. Estudos recentes indicam que mudanças climáticas, eventos extremos e transformações ambientais têm intensificado a exposição dessas populações a riscos sanitários. Nesse contexto, Santos et al. (2025) afirmam que os desafios de saúde enfrentados pelas comunidades amazônicas estão relacionados não apenas à disponibilidade de serviços, mas também às transformações ambientais que alteram os modos de vida locais e aumentam a incidência de determinadas doenças.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de adaptação dos sistemas de saúde às especificidades da Amazônia. A literatura destaca que os modelos tradicionais de organização dos serviços muitas vezes não contemplam adequadamente as características territoriais e culturais da região. Di Giulio et al. (2025) argumentam que os sistemas de saúde amazônicos precisam ser repensados a partir de uma perspectiva de resiliência social e ambiental, considerando fatores como mudanças climáticas, desigualdades sociais e desafios logísticos.

Nesse cenário, torna-se fundamental desenvolver estratégias que integrem políticas públicas, inovação organizacional e participação comunitária para ampliar o acesso à saúde. A construção de modelos de atenção que dialoguem com as particularidades das comunidades ribeirinhas pode contribuir para reduzir desigualdades e fortalecer a efetividade das ações de saúde pública na Amazônia. Assim, compreender os diferentes fatores que influenciam o acesso aos serviços de saúde nessas localidades constitui etapa essencial para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e adequadas à realidade regional.

A literatura recente também enfatiza que o acesso à saúde em comunidades ribeirinhas não pode ser analisado apenas a partir da oferta de serviços, sendo necessário compreender as dimensões sociais, territoriais e culturais que estruturam a vida nessas localidades. As populações ribeirinhas da Amazônia vivem em contextos marcados por desigualdades históricas, o que repercute diretamente nas condições de saúde e na capacidade de acesso a políticas públicas. Nesse sentido, estudos apontam que a vulnerabilidade social dessas comunidades está associada à combinação de fatores como isolamento geográfico, baixa renda, limitações de infraestrutura e dificuldades de integração com os sistemas formais de saúde.

De acordo com Moreira (2025), o território amazônico apresenta características

singulares que exigem modelos de atenção à saúde adaptados à realidade local, considerando os modos de vida das populações ribeirinhas e as dinâmicas socioambientais da região. Nesse contexto, compreender o território como elemento central da organização dos serviços de saúde permite identificar limites e potencialidades das políticas públicas voltadas à promoção da equidade em saúde.

Outro aspecto frequentemente destacado na literatura refere-se à importância das redes territoriais de cuidado construídas pelas próprias comunidades. Em muitos casos, os ribeirinhos desenvolvem estratégias locais para lidar com problemas de saúde, combinando saberes tradicionais e práticas biomédicas. Conforme observam Silva et al. (2024), iniciativas que valorizam a participação comunitária e a educação em saúde tendem a fortalecer a autonomia das comunidades e ampliar a efetividade das intervenções sanitárias.

Entretanto, apesar dessas estratégias, as limitações estruturais ainda representam um obstáculo significativo para a garantia do direito à saúde. Almeida et al. (2022) apontam que o deslocamento até unidades de atendimento pode exigir longas viagens fluviais, muitas vezes realizadas em condições precárias e dependentes das variações ambientais. Essas dificuldades contribuem para atrasos no diagnóstico e no tratamento de diversas doenças, agravando quadros clínicos que poderiam ser tratados precocemente.

Nesse cenário, a literatura evidencia a necessidade de repensar os modelos de organização do sistema de saúde na Amazônia, de modo a torná-los mais sensíveis às especificidades territoriais e sociais da região. Santos et al. (2025) ressaltam que as comunidades ribeirinhas enfrentam desafios complexos relacionados tanto às condições ambientais quanto às desigualdades socioeconômicas, o que demanda políticas públicas integradas capazes de promover maior resiliência social e sanitária.

Diante dessas evidências, torna-se fundamental ampliar o debate acadêmico sobre o acesso aos serviços de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia, buscando compreender as interações entre território, vulnerabilidade social e organização das políticas públicas. A consolidação de um referencial teórico que considere essas dimensões permite fundamentar análises mais abrangentes sobre as desigualdades em saúde na região e contribuir para o desenvolvimento de estratégias capazes de promover maior equidade no acesso aos serviços de saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão de literatura. Esse tipo de abordagem permite reunir, analisar e sistematizar conhecimentos científicos previamente produzidos sobre determinado fenômeno, contribuindo para a compreensão crítica do tema investigado. A revisão bibliográfica é amplamente utilizada em estudos acadêmicos quando se busca compreender o estado da arte de determinado campo de conhecimento e identificar lacunas teóricas e metodológicas presentes na literatura científica.

A pesquisa foi conduzida a partir do levantamento de artigos científicos que abordam o acesso aos serviços de saúde e as condições de vulnerabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Para garantir maior atualidade e relevância científica, foram selecionadas publicações produzidas nos últimos cinco anos. Os estudos analisados foram publicados em periódicos científicos indexados e reconhecidos na área da saúde coletiva, políticas públicas e estudos socioambientais relacionados à região amazônica.

O processo de busca bibliográfica foi realizado em bases de dados acadêmicas amplamente utilizadas na produção científica, priorizando artigos disponíveis em formato integral. A estratégia de busca considerou combinações de descritores relacionados ao tema da pesquisa, tais como acesso à saúde, comunidades ribeirinhas, Amazônia, atenção primária à saúde e vulnerabilidade social. A utilização desses descritores possibilitou identificar estudos que abordam diferentes dimensões do acesso aos serviços de saúde em territórios amazônicos, incluindo aspectos territoriais, socioeconômicos e ambientais.

Após a identificação inicial das publicações, foi realizada uma etapa de triagem dos estudos com base em critérios previamente estabelecidos. Foram incluídos artigos científicos que abordassem diretamente o acesso aos serviços de saúde em comunidades ribeirinhas ou que discutissem a organização da atenção à saúde em contextos amazônicos. Por outro lado, foram excluídos estudos que não apresentavam relação direta com o tema proposto, bem como publicações que não disponibilizavam o texto completo para análise.

Na etapa seguinte, os artigos selecionados foram analisados de forma qualitativa, considerando aspectos como objetivos das pesquisas, metodologias empregadas, contexto

territorial estudado e principais resultados apresentados pelos autores. Esse procedimento permitiu identificar convergências e divergências entre os estudos analisados, além de possibilitar a compreensão dos principais fatores que influenciam o acesso aos serviços de saúde nas comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Os dados extraídos das publicações foram posteriormente organizados de forma temática, permitindo identificar categorias analíticas relacionadas às barreiras de acesso aos serviços de saúde, às condições de vulnerabilidade social e às estratégias institucionais voltadas à ampliação da atenção à saúde em áreas de difícil acesso. A análise das informações permitiu sistematizar evidências relevantes para compreender os desafios estruturais enfrentados pelas populações ribeirinhas e as possibilidades de fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde na região amazônica.

A estrutura metodológica adotada buscou garantir rigor científico e transparência na condução da pesquisa, permitindo a sistematização das evidências disponíveis na literatura e contribuindo para a construção de uma análise fundamentada sobre o acesso aos serviços de saúde e a vulnerabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Com base na revisão de literatura realizada, foi possível identificar diferentes estudos científicos que abordam o acesso aos serviços de saúde, as condições territoriais e os fatores de vulnerabilidade social que afetam as comunidades ribeirinhas da Amazônia. Esses trabalhos contribuem para compreender as múltiplas dimensões do problema investigado, permitindo analisar desde os desafios logísticos e geográficos até as estratégias institucionais voltadas à ampliação da cobertura assistencial. O quadro a seguir apresenta os principais autores utilizados nesta pesquisa, bem como os títulos dos estudos analisados e seus respectivos anos de publicação.

Quadro I - Autores utilizados na pesquisa.

Autor	Título	Ano
Almeida et al.	Caminhos da população ribeirinha no acesso à urgência e emergência em Maués, Amazonas	2022
Di Giulio et al.	Health systems in the Amazon need to be reimaged for climate and social resilience	2025
Heufemann et al.	Território, fluxos e fronteiras das populações ribeirinhas e o acesso aos serviços de saúde	2024
Jaty et al.	População ribeirinha amazônica em tempos de	2024

Autor	Título	Ano
	pandemia, desafios para o acesso aos serviços de saúde	
Lima et al.	Severe droughts reduce river navigability and isolate communities in the Amazon	2024
Lima et al.	Atenção primária à saúde em áreas ribeirinhas, desafios para o acesso e a equidade	2021
Moreira	The production of health in the Amazonian liquid territory, challenges for primary health care	2025
Santos et al.	Understanding the health challenges of Amazonian riverine communities, a qualitative study on community perceptions amid climatic change	2025
Silva et al.	Empowering riverine communities in the Amazon, community participation and health interventions	2024
Zahn et al.	Percepções de ribeirinhos do Amazonas sobre a Covid-19 e os desafios de acesso à saúde	2025

Fonte: Própria dos autores.

A análise dos estudos apresentados no quadro evidencia que o acesso aos serviços de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia constitui um tema multidimensional, envolvendo fatores territoriais, socioeconômicos, ambientais e institucionais. Observa-se que grande parte das pesquisas concentra-se na identificação das barreiras estruturais que dificultam o acesso das populações ribeirinhas à rede de atenção à saúde, tais como o isolamento geográfico, as limitações de infraestrutura e as dificuldades logísticas relacionadas ao transporte fluvial.

Ao mesmo tempo, os estudos também apontam para a importância do fortalecimento da atenção primária à saúde, da participação comunitária e da formulação de políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais da região amazônica, destacando a necessidade de estratégias adaptadas à realidade dessas populações. Dessa forma, os trabalhos analisados fornecem uma base teórica consistente para compreender os desafios e as possibilidades de ampliação do acesso aos serviços de saúde em territórios ribeirinhos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da revisão de literatura realizada, constatou-se que o acesso aos serviços

de saúde nas comunidades ribeirinhas da Amazônia depende de uma série de fatores interligados, que abrangem aspectos territoriais, sociais, ambientais e institucionais. As pesquisas analisadas convergem ao mostrar que as desigualdades em saúde nessas regiões não são causadas por um único fator isolado, mas pela combinação de barreiras históricas que impedem o acesso regular, oportuno e eficaz aos serviços.

Nesse contexto, os resultados obtidos destacam que o debate sobre saúde em comunidades ribeirinhas deve ir além de uma perspectiva focada apenas na existência formal de unidades de atendimento. É necessário entender as condições reais que influenciam a relação entre a população e a rede de atenção à saúde. Primeiramente, constatou-se que o isolamento geográfico continua sendo um dos principais fatores explicativos das dificuldades de acesso. A distribuição das residências ao longo dos rios, a considerável distância entre as comunidades e os centros urbanos, além da dependência do transporte fluvial, geram desafios constantes para o uso dos serviços, especialmente em casos de urgência e emergência.

Almeida et al. (2022) mostram que as rotas percorridas pela população ribeirinha de Maués são extensas, fragmentadas e frequentemente dependem da disponibilidade de embarcações e das condições do percurso. Esse resultado indica que, nesse cenário, o acesso à saúde é significativamente afetado pelo tempo de deslocamento e pela fragilidade logística, fatores que podem prejudicar o diagnóstico precoce, a continuidade do tratamento e a efetividade da assistência.

Além disso, os resultados indicam que a dimensão territorial não deve ser considerada apenas um pano de fundo geográfico, mas um elemento ativo na produção do cuidado. Moreira (2025) enfatiza que a região amazônica, marcada pela mobilidade fluvial, baixa densidade populacional e dinâmicas socioambientais particulares, demanda modelos de atenção à saúde ajustados às condições locais. Essa interpretação é importante, pois mostra que a lógica tradicional de organização dos serviços, frequentemente baseada em referenciais urbanos, geralmente não é suficiente para atender às demandas das comunidades ribeirinhas. Dessa forma, os resultados da literatura sugerem que a questão do acesso à saúde na Amazônia está diretamente ligada à necessidade de reestruturação territorial das políticas públicas. Isso se deve ao fato de que rios, distâncias e movimentos populacionais devem ser considerados elementos fundamentais do planejamento assistencial.

Outro aspecto relevante identificado nas pesquisas diz respeito à vulnerabilidade social, que atua como um fator que agrava as barreiras territoriais já existentes. Os estudos analisados indicam que as comunidades ribeirinhas lidam com uma infraestrutura precária, carências no saneamento básico, obstáculos para obter água potável, limitações nas comunicações e escassez de serviços públicos.

Jaty et al. (2024) destacam que essas vulnerabilidades se tornaram ainda mais visíveis durante a pandemia, evidenciando a continuidade de desigualdades que existiam antes das crises de saúde e que se intensificam em períodos de instabilidade. Assim, os resultados indicam que a vulnerabilidade social não deve ser vista apenas como falta de renda ou recursos materiais, mas como uma manifestação de diversas privações que afetam diretamente as oportunidades de prevenção, cuidado e proteção da saúde.

Além disso, os estudos destacam que as deficiências na infraestrutura de saúde e assistência comprometem a eficácia das ações de saúde. Lima et al. (2021) destacam que a atenção primária em regiões ribeirinhas enfrenta obstáculos ligados à falta de profissionais, à alta rotatividade das equipes, às restrições estruturais das unidades e aos problemas de deslocamento dos funcionários.

Com base nessa observação, fica claro que o fortalecimento da atenção primária não se resume apenas à expansão da cobertura formal, mas também à criação de condições reais para a permanência das equipes, continuidade das ações e conexão com as comunidades. Os resultados discutidos sugerem que a baixa resolutividade dos serviços em áreas remotas está ligada a questões de organização do sistema de saúde, e não somente à localização geográfica das comunidades.

Ademais, os artigos analisados indicam que a dinâmica ambiental da Amazônia tem um impacto significativo no funcionamento da assistência. Lima et al. (2024) mostram que secas intensas diminuem a navegabilidade dos rios e podem isolar comunidades inteiras, complicando o deslocamento de pessoas, suprimentos, equipes de saúde e materiais essenciais para o cuidado. Esse dado enriquece a discussão ao evidenciar que os desafios de acesso também são influenciados por fenômenos climáticos extremos, que modificam a circulação nos territórios e podem interromper rotas assistenciais já vulneráveis.

Nesse sentido, os resultados da revisão sugerem que a saúde das comunidades ribeirinhas está intimamente ligada à estabilidade ambiental e à habilidade dos serviços em se adaptar às alterações climáticas e hidrológicas da área, além disso, Santos et al. (2025)

demonstram que as percepções da comunidade em relação aos desafios de saúde na Amazônia estão ligadas não só à falta de serviços, mas também às mudanças ambientais que alteram os modos de vida locais e aumentam os riscos à saúde.

Esse resultado evidencia que a fragilidade em saúde nas comunidades ribeirinhas tem um aspecto socioambiental, pois as condições do território, as mudanças climáticas e as disparidades sociais se interagem na geração de doenças e na restrição do acesso ao cuidado. Dessa forma, os resultados indicam que as políticas públicas direcionadas a essas populações devem adotar uma abordagem intersetorial, que integre saúde, território, meio ambiente e proteção social.

Além disso, os estudos frequentemente analisaram os fluxos territoriais e as trajetórias de cuidado criadas pelas próprias comunidades ribeirinhas. Heufemann et al. (2024) enfatizam que o acesso aos serviços de saúde se dá por meio de trajetos complexos, caracterizados por barreiras territoriais, deslocamentos intermitentes e conexões entre diversos pontos da rede de assistência. Isso implica que, nesses casos, o cuidado não é prestado de maneira linear, mas por trajetos muitas vezes fragmentados, que dependem das reais possibilidades de mobilidade e da disponibilidade de apoio institucional ao longo do percurso.

A análise desse resultado é relevante, pois demonstra que o acesso não pode ser limitado ao momento da chegada à unidade de saúde; deve abranger toda a sequência de deslocamentos, esperas e negociações que precedem e seguem o atendimento. Além disso, os resultados sugerem que a pandemia de Covid-19 atuou como um amplificador das desigualdades já existentes nas áreas ribeirinhas.

Zahn et al. (2025) informam que os habitantes do Amazonas apontaram restrições no transporte, falta de serviços de saúde, carência de infraestrutura apropriada e obstáculos no acesso à informação durante a crise de saúde. Isso indica que as situações emergenciais tendem a agravar as vulnerabilidades estruturais que afetam a população em situações normais. A análise desses resultados indica que crises de saúde não geram novos problemas, mas agravam as deficiências históricas, destacando a necessidade de sistemas de saúde mais resilientes e aptos para lidar com as particularidades da Amazônia.

Além disso, a revisão também forneceu evidências sobre estratégias que podem fortalecer o cuidado em saúde. Silva et al. (2024) destacam que iniciativas que envolvem a participação da comunidade, mobilização social e educação em saúde têm o potencial de

aumentar a autonomia das pessoas, reforçar práticas de prevenção e melhorar a comunicação entre comunidades e profissionais. Esses resultados são particularmente significativos, pois sugerem que melhorar o acesso à saúde não se resume apenas à expansão física dos serviços, mas também à criação de vínculos de confiança, escuta e responsabilidade compartilhada.

Nesse sentido, valorizar os conhecimentos locais e o protagonismo comunitário é fundamental para que as intervenções sejam mais aderentes à realidade territorial.

Nessa mesma linha, Di Giulio et al. (2025) defendem que os sistemas de saúde da Amazônia devem ser repensados sob uma perspectiva de resiliência social e climática. Os autores argumentam que a criação de políticas públicas para a região deve levar em conta a relação entre alterações ambientais, desigualdades históricas e fragilidades institucionais. Ao dialogar com outros estudos, esse resultado enriquece a discussão e indica que a reestruturação da atenção à saúde nos territórios amazônicos não pode se restringir apenas à expansão da oferta tradicional.

É necessário inovar na organização, planejar de forma intersetorial e estar atento às mudanças socioambientais em andamento. De maneira geral, a análise integrada das referências revela que o acesso aos serviços de saúde nas comunidades ribeirinhas da Amazônia é um fenômeno de múltiplas dimensões, e seu enfrentamento demanda respostas igualmente complexas. As pesquisas concordam em indicar que as principais dificuldades estão ligadas ao isolamento geográfico, à dependência do transporte fluvial, às deficiências da infraestrutura e à falta de profissionais, à saúde em comunidades ribeirinhas também envolve debater justiça territorial, direito à saúde e reconhecimento das particularidades amazônicas no planejamento das políticas públicas.

Os resultados e discussões apresentados neste estudo mostram que a produção científica recente fornece uma base sólida para entender as vulnerabilidades enfrentadas pelas comunidades ribeirinhas. No entanto, também aponta a necessidade de expandir as pesquisas focadas na avaliação de estratégias de intervenção concretas. A análise dos estudos examinados indica que a melhoria do acesso à saúde nessas regiões não requer soluções isoladas, mas sim a integração entre infraestrutura, mobilidade, estruturação dos serviços, resiliência ambiental e envolvimento social.

Dessa forma, os resultados destacam a relevância de políticas públicas integradas e adaptadas ao território, que possam diminuir as desigualdades e aumentar a eficácia da

atenção à saúde na Amazônia. Para resumir as principais perspectivas teóricas discutidos ao longo da pesquisa, apresenta-se o quadro a seguir, no qual estão organizados os autores utilizados, seus respectivos enfoques analíticos e o ano de publicação.

Quadro II - Síntese dos estudos utilizados na pesquisa

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Almeida et al.	Analisar os caminhos percorridos pela população ribeirinha no acesso à urgência e emergência em Maués, Amazonas	Estudo qualitativo	Evidenciaram que o acesso à urgência e emergência ocorre por trajetos fluviais prolongados, marcados por dificuldades logísticas e fragmentação da rede de atenção
Di Giulio et al.	Discutir a produção do cuidado em saúde no território amazônico a partir das especificidades regionais	Estudo teórico-analítico	Demonstrou que a organização do cuidado na Amazônia deve considerar as dinâmicas sociais, ambientais e territoriais que caracterizam a mobilidade fluvial e a baixa densidade populacional
Heufemann et al.	Analisar território, fluxos e fronteiras no acesso à saúde por populações ribeirinhas	Estudo analítico	Demonstraram que o acesso aos serviços ocorre por trajetórias complexas e descontínuas, dependentes das condições territoriais e da organização da rede
Jaty et al.	Compreender os desafios enfrentados pela população ribeirinha amazônica no acesso à saúde	Estudo qualitativo	Evidenciaram obstáculos estruturais, sociais e territoriais que dificultam a continuidade do cuidado e ampliam as desigualdades em saúde
Lima et al.	Identificar os principais desafios da atenção primária à saúde em áreas ribeirinhas	Revisão de literatura	Apontaram escassez de profissionais, limitações de infraestrutura e dificuldades logísticas como fatores que comprometem a continuidade e a resolutividade do cuidado
Lima et al.	Analisar os impactos das secas severas sobre comunidades amazônicas e o acesso a serviços essenciais	Estudo analítico sobre eventos ambientais extremos	Verificaram que a redução da navegabilidade dos rios intensifica o isolamento territorial e dificulta o acesso a serviços essenciais
Santos et al.	Compreender as percepções comunitárias sobre mudanças ambientais e saúde em comunidades ribeirinhas	Estudo qualitativo	Indicaram que as transformações ambientais afetam os modos de vida locais e ampliam os riscos sanitários, repercutindo sobre o acesso ao cuidado
Silva et al.	Examinar apoio	Estudo qualitativo	Observaram que ações participativas

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
(2024)	comunitário para promoção em saúde em regiões vulneráveis		fortalecem práticas preventivas, ampliam o vínculo com os serviços e favorecem a autonomia comunitária
Zahn et al.	Investigar a percepção de moradores ribeirinhos sobre acesso à saúde	Estudo qualitativo	Identificaram escassez de serviços, dificuldades de transporte, limitações informacionais e agravamento das vulnerabilidades em saúde

Fonte: Própria dos autores.

A análise dos fatores mencionados demonstra que o acesso à saúde nas comunidades ribeirinhas é consequência de uma interação complexa entre condições territoriais, restrições estruturais e elementos socioeconômicos. A continuidade do cuidado e a eficácia das ações em saúde são prejudicadas pelo isolamento geográfico, combinado com a falta de recursos e os desafios de deslocamento. Nesse contexto, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas que levem em conta as especificidades dessas populações, implementando estratégias que aumentem o acesso, assegurem a integralidade da assistência e ajudem a diminuir as desigualdades em saúde.

CONCLUSÃO

O estudo mostra que o acesso à saúde nas comunidades ribeirinhas da Amazônia é consequência da interação entre fatores territoriais, sociais, ambientais e institucionais, e não se deve apenas à disponibilidade de serviços. O acesso é dificultado, especialmente em casos de urgência, devido ao isolamento geográfico, à dependência do transporte fluvial e às longas distâncias. Essa situação é agravada por problemas de infraestrutura, falta de profissionais e fragilidades na atenção primária.

As condições ambientais também impactam diretamente a assistência, podendo comprometer a mobilidade e até isolar comunidades, o que reforça a necessidade de modelos de saúde adaptados à realidade local. Além disso, a vulnerabilidade social, marcada pela falta de saneamento, dificuldades de comunicação e acesso limitado a serviços públicos, intensifica os riscos à saúde e dificulta a prevenção. Apesar dos

desafios, o fortalecimento da atenção primária, a adoção de estratégias adequadas ao território e a participação comunitária aparecem como caminhos para melhoria.

Assim, assegurar o acesso à saúde nessas áreas requer políticas específicas, planejamento integrado e investimentos constantes, visando diminuir as desigualdades e promover a equidade em saúde. Nesse cenário, é fundamental que as iniciativas de saúde levem em conta as características culturais e sociais das comunidades ribeirinhas, respeitando seus estilos de vida. A valorização dos conhecimentos locais pode levar a uma assistência mais eficaz e humanizada. Ademais, é essencial expandir o acesso à informação em saúde para reforçar as práticas preventivas. Em suma, a colaboração entre os diversos setores públicos é essencial para lidar com os vários desafios que enfrentamos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. S. et al. **Caminhos da população ribeirinha no acesso à urgência e emergência em Maués, Amazonas.** Interface, Botucatu, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jicse/a/FTF6Tw94rZMyvbySkh3mp6L>. Acesso em: 13 mar. 2026.
- DI GIULIO, G. M. et al. **Health systems in the Amazon need to be reimagined for climate and social resilience.** São Paulo: Jornal da USP, 2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2026/02/AMAZONIASISTEMADESAUDE.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.
- HEUFEMANN, N. E. et al. **Território, fluxos e fronteiras das populações ribeirinhas e o acesso aos serviços de saúde.** Saúde e Sociedade, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/jQM4j3zZxgKGScbKjHg8xfL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2026.
- JATY, F. R. et al. **População ribeirinha amazônica em tempos de pandemia: desafios para o acesso aos serviços de saúde.** Saúde e Sociedade, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BmQF4GbxDx9xVv66zJBGXWD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2026.
- LIMA, L. S. et al. **Severe droughts reduce river navigability and isolate communities in the Amazon.** 2024. Disponível em: <https://ecoa.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Severe-droughts-reduce-river-navigability.-LIMA-L.-S.-de.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.



LIMA, R. T. S. et al. **Atenção primária à saúde em áreas ribeirinhas: desafios para o acesso e a equidade.** *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PvFjywqqXgsPy5Phds5XyRq>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MOREIRA, R. S. **The production of health in the Amazonian liquid territory: challenges for primary health care.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/vJL9cW4Vghk6TC4GQkxGbHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SANTOS, V. A. et al. **Understanding the health challenges of Amazonian riverine communities: a qualitative study on community perceptions amid climatic change.** *PLOS ONE*, 2025. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0333408>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SILVA, M. F. et al. **Empowering riverine communities in the Amazon: community participation and health interventions.** *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 2024. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/21/1/117>. Acesso em: 13 mar. 2026.

ZAHN, G. C. et al. **Percepções de ribeirinhos do Amazonas sobre a Covid-19 e os desafios de acesso à saúde.** *Psicologia e Conhecimento*, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/vVRnn6bnsL5Hms88yNrLhHJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2026.